

**FAPAC - FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
PORTO S/A
CURSO DE MEDICINA**

**JOSÉ GUILHERME SANTOS VILELA
EDUARDO QUEIROZ MONTEIRO
RICARDO AGUIAR GLÓRIA FILHO**

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS SURDOS NO ATENDIMENTO
EM SAÚDE MENTAL**

**PORTO NACIONAL-TO
2024**

**JOSÉ GUILHERME SANTOS VILELA
EDUARDO QUEIROZ MONTEIRO
RICARDO AGUIAR GLÓRIA FILHO**

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS SURDOS NO ATENDIMENTO
EM SAÚDE MENTAL**

Projeto de pesquisa submetido ao Curso de Medicina da FAPAC- Faculdade Presidente Antônio Carlos ITPAC Porto Nacional, como requisito parcial para aprovação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I.

Orientador: Dra. Eliane Patrícia Lino Pereira Franchi

**PORTO NACIONAL-TO
2024**

JOSÉ GUILHERME SANTOS VILELA
EDUARDO QUEIROZ MONTEIRO
RICARDO AGUIAR GLÓRIA FILHO

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS SURDOS NO ATENDIMENTO
EM SAÚDE MENTAL**

Projeto de pesquisa submetido ao Curso de Medicina da FAPAC - Faculdade Presidente Antônio Carlos ITPAC Porto Nacional, como requisito parcial para aprovação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I.

Aprovado em: ____/____/____

Professor: Dra. Eliane Patrícia Lino Pereira Franchi
Instituto Presidente Antônio Carlos

Professor: Oséias Costa Rêgo
Instituto Presidente Antônio Carlos

Professor: Josy Barros Noleto De Souza
Instituto Presidente Antônio Carlos

PORTO NACIONAL-TO
2024

RESUMO

Introdução: A deficiência auditiva afeta cerca de 10 milhões de brasileiros, incluindo 2,5 milhões com surdez profunda, enfrentando estigma e preconceito, especialmente na saúde mental. A universalidade, integralidade e equidade, pilares do SUS, destacam a importância da oferta de serviços de saúde, entretanto, a limitação na comunicação prejudica o acesso e a qualidade do cuidado, desafiando a compreensão mútua entre profissionais de saúde e pacientes surdos. Destarte, abordar a comunicação na saúde mental é essencial para promover a conscientização sobre o acesso equitativo à saúde para a comunidade surda. **Metodologia:** Caracteriza-se como um estudo epidemiológico observacional, analítico do tipo transversal, que combina abordagens qualitativas e quantitativas. **Resultados Esperados:** Espera-se a identificação dos principais desafios enfrentados pela comunidade surda no acesso aos serviços de saúde mental em uma cidade específica do Tocantins. Isso incluirá uma análise detalhada das barreiras encontradas pelos participantes, como a falta de profissionais que falam Libras, a inadequação dos recursos disponíveis em Libras, e possíveis estigmas associados à busca por cuidados de saúde mental.

Palavras-chave: Equidade. Libras. Saúde mental.

ABSTRACT

Introduction: Hearing impairment affects approximately 10 million Brazilians, including 2.5 million with profound deafness, facing stigma and prejudice, especially in mental health. The universality, comprehensiveness, and equity, pillars of SUS, highlight the importance of providing health services, however, communication limitations hinder access and quality of care, challenging mutual understanding between healthcare professionals and deaf patients. Therefore, addressing communication in mental health is essential to raise awareness about equitable access to health for the deaf community. **Methodology:** It is characterized as an observational epidemiological study, analytical in a cross-sectional design, combining qualitative and quantitative approaches. **Expected Results:** The identification of the main challenges faced by the deaf community in accessing mental health services in a specific city in Tocantins is expected. This will include a detailed analysis of the barriers encountered by participants, such as the lack of professionals who speak Libras, the inadequacy of resources available in Libras, and possible stigmas associated with seeking mental health care.

Keywords: Equity, Libras, Mental health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Problema de pesquisa.....	10
1.2 Hipótese	10
1.3 Justificativa	10
2 OBJETIVOS	11
2.1 Objetivo geral	11
3 REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1 Deficiência auditiva	12
3.2 Estigma e preconceito	12
3.3 Saúde mental	13
3.4 Aspectos envolvidos na saúde mental	13
3.5 Dificuldades enfrentadas no acesso à saúde mental	14
3.6 Equidade	14
3.7 Individualização do cuidado	15
4 METODOLOGIA.....	16
4.1 Desenho do estudo	16
4.2 Local e período de realização da pesquisa	16
4.3 População e amostra	16
4.4 Critérios de inclusão.....	16
4.5 Critérios de exclusão.....	16
4.6 Variáveis.....	16
4.7 Instrumentos de coleta de dados, estratégias de aplicação, análise e apresentação dos dados.....	17
5 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	18
6 ASPECTOS ÉTICOS	19
6.1 Riscos.....	19
6.2 Benefícios.....	19
6.3 Critérios para suspender ou encerrar a pesquisa.....	19
7 DESFECHO	20
7.1 Desfecho primário	20
7.2 Desfechos secundários	20
8 CRONOGRAMA.....	21

9 ORÇAMENTO	22
REFERÊNCIAS	23
ANEXOS I	25
ANEXO II	29

1 INTRODUÇÃO

A deficiência auditiva é uma condição altamente prevalente no contexto brasileiro, afetando, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), cerca de 10 milhões de pessoas em diversos níveis de gravidade, sendo 2,5 milhões de indivíduos com surdez profunda. Diante desse panorama, é importante ressaltar que, apesar dos números expressivos, a comunidade surda enfrenta o estigma e o preconceito em várias esferas da vida, incluindo a saúde mental. Essa discriminação persistente acarreta impactos significativos na vida desses indivíduos, tornando sua inclusão plena na sociedade um desafio constante.

Por outro lado, a saúde mental é um componente essencial do bem-estar humano, influenciando significativamente a qualidade de vida e o funcionamento social de indivíduos e comunidades. No entanto, o acesso equitativo aos serviços de saúde mental continua sendo um desafio universal, agravado especialmente para minorias, como é o caso da comunidade surda (Riterbusche; Maffini; Gonçalves, 2021).

Nesse íterim, as diretrizes estabelecidas do Sistema Único de Saúde (SUS), são: a universalidade, a integralidade e a equidade, de tal forma que a palavra equidade define a percepção de que os diferentes devem ser tratados de acordo com suas diferenças, tendo assim o objetivo final de reduzir as disparidades no exercício da cidadania do sujeito. Além do mais, a integralidade se refere a assistência ao indivíduo durante toda demanda no sistema de saúde. E por fim, a universalidade infere que todos têm direito à saúde (De oliveira *et al.*, 2021).

Apesar de todo reconhecimento legal conquistado no decorrer de séculos de luta, a oferta de serviços de saúde mental em Libras, dentre outros aspectos, ainda é limitada, o que resulta em disparidades no acesso e na qualidade dos cuidados para essa população, ferindo diretamente as diretrizes do SUS e deixando claro que a comunicação efetiva é essencial para a compreensão mútua, a expressão de experiências emocionais complexas e a construção de um relacionamento terapêutico sólido entre o profissional de saúde mental e o paciente surdo (Ferreira junior; Bezerra; Alves, 2021).

Ademais, o ato de cuidar deve ser exercido com toda compreensão, respeitando as individualidades de cada sujeito. Contudo, a literatura demonstra a limitação da maior parte dos profissionais de saúde quando se trata da LIBRAS e

como agravante, a disciplina de LIBRAS nos cursos, de ensino superior e técnico, de saúde não é obrigatória, assim lesando e enfraquecendo as políticas já estabelecidas e a futura base de uma possível relação de compreensão entre o paciente e profissional. Uma vez que para um tratamento efetivo é necessário que haja um entendimento entre ambas as partes, tanto para aceitação terapêutica quanto para preservação do sigilo de saúde (Moura; Dos anjos leal, 2019). Portanto, ao abordar a questão de comunicação na saúde mental, espera-se contribuir para a conscientização sobre a importância do acesso equitativo à saúde mental para a comunidade surda.

1.1 Problema de pesquisa

Quais são os principais desafios enfrentados pela comunidade surda no acesso aos serviços de saúde mental na cidade de Porto Nacional no Tocantins?

1.2 Hipótese

A escassez de psicólogos, psiquiatras e outros profissionais da saúde mental fluentes em Libras, na cidade, dificulta a comunicação e o estabelecimento de uma relação terapêutica efetiva com pacientes surdos, prejudicando o diagnóstico, tratamento e acompanhamento adequados.

1.3 Justificativa

Em pleno século XXI a saúde mental ainda é um tabu para grande parte das sociedades, em especial a brasileira, temáticas como depressão, ansiedade e uso de medicamentos controlados são tratadas como fatores pejorativos, por outro lado, temáticas relacionadas à inclusão da comunidade surda são de pouquíssima visibilidade no cenário nacional. Sendo assim, a justificativa para a abordagem do acesso à saúde mental para a comunidade surda reside na evidência de disparidades e desafios enfrentados pela comunidade surda no acesso aos serviços de saúde mental.

Uma vez que a surdez, como uma deficiência altamente prevalente, afeta milhões de pessoas no Brasil, é fundamental garantir que esses indivíduos tenham acesso adequado aos cuidados de saúde mental que é uma demanda de toda a população, portanto, não seria diferente para os surdos, visto que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei. Dessa forma, a abordagem desse tema é relevante para ampliar a compreensão dos obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde mental e para identificar possíveis soluções e melhores práticas que possam ser implementadas para superar essas barreiras.

Em conclusão, a barreira da comunicação emerge como um dos principais desafios para o atendimento em saúde dos surdos. Além disso, a falta de profissionais de saúde mental capacitados em Libras, juntamente com a escassez de recursos adaptados para essa comunidade, contribui para a limitação do acesso a serviços de qualidade.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Identificar os desafios enfrentados pelos surdos na busca ao atendimento de saúde mental no município de Porto Nacional – TO.

2.2 Objetivos específicos

Descrever o perfil sociodemográfico dos surdos atendidos pelo SUS em Porto Nacional – TO;

Identificar os acessos aos serviços de saúde mental no SUS, município de Porto Nacional – Tocantins;

Avaliar a percepção dos membros da comunidade surda sobre a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde mental disponíveis;

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Deficiência auditiva

A deficiência auditiva é uma condição que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, e no Brasil, não é diferente. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 10 milhões de brasileiros declararam ter alguma dificuldade para ouvir, sendo que cerca de 2,7 milhões possuem deficiência auditiva severa. A inclusão e a acessibilidade para os surdos no país têm avançado, especialmente com a oficialização da Libras como meio legal de comunicação e expressão, conforme a Lei nº 10.436 de 2002 e seu decreto regulamentador, o Decreto nº 5.626 de 2005. Entretanto, desafios significativos ainda persistem, especialmente no que se refere à saúde e em especial à saúde mental, onde a falta de intérpretes e de adaptações adequadas dificulta a plena participação dessas pessoas na sociedade.

3.2 Estigma e preconceito

Seguindo os padrões internacionais, no Brasil os surdos eram marginalizados e não reconhecidos como cidadãos até o ano de 1857. Nesse ano, Dom Pedro II estabeleceu o Instituto Imperial de Surdos-Mudos (atualmente conhecido como INES), o primeiro centro de referência na América Latina voltado para pessoas com deficiência auditiva. No entanto, mesmo com essa iniciativa, a educação ainda permanecia acessível apenas para a elite privilegiada da sociedade, as famílias mais abastadas tinham recursos para proporcionar educação aos seus membros, enquanto os menos favorecidos eram privados desse direito fundamental, o que perpetuava a exclusão social e a falta de cidadania entre os surdos (De souza, 2018).

Com o decorrer dos anos, houve uma evolução gradual de pensamento com relação ao pré-conceito, sendo assim, a pessoa surda começou a ser reconhecida como um ser humano com potencial educacional. No entanto, mesmo nessa fase, os surdos ainda enfrentavam barreiras significativas para acesso à educação e, conseqüentemente, participação plena na sociedade. Em suma, essa trajetória remonta aos tempos da Grécia Antiga e evidencia como a exclusão social dos surdos possuem raízes profundas na história da humanidade, além das questões relacionadas à saúde, a exclusão da pessoa surda se estende à cidadania e à participação na vida social, negando-lhes direitos básicos e a chance de integração na comunidade (Gonzales *et al.*, 2020).

3.3 Saúde mental

Outrossim, em consonância com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 2014, a saúde mental é caracterizada por um estado de equilíbrio emocional, cognitivo e social, no qual um indivíduo é capaz de lidar com o estresse, desenvolver relacionamentos saudáveis, tomar decisões e enfrentar desafios de forma eficaz. Ademais, envolve uma série de aspectos, como autoestima positiva, resiliência, habilidades de enfrentamento, autoconhecimento e capacidade de se adaptar às mudanças. Por conseguinte, a saúde mental não se limita apenas à ausência de transtornos mentais, mas também abrange o fortalecimento e a promoção do bem-estar psicológico.

Dessarte, como resultado da reforma psiquiátrica, iniciada na década 1980, veio à tona a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que procurou “a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde” (Garcia; Reis, 2018).

Portanto, é de extrema importância destacar os componentes que compõem o RAPS, sendo eles “Atenção Básica em Saúde (UBS, Equipes de Atenção Básica para Populações Específicas, Núcleo de Atenção à Saúde da Família – NASF, Centro de Convivência e Cultura); Atenção Psicossocial (CAPS); Atenção de Urgência e Emergência (Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, Sala de Estabilização, Portas Hospitalares de Atenção à Urgência/Pronto-Socorro); Atenção Residencial de Caráter Transitório (Unidade de Acolhimento Adulto, Unidade de Acolhimento Infante-Juvenil, Serviço de Atenção em Regime Residencial); Atenção Hospitalar (Leitos de Psiquiatria em Hospital Geral, Serviço Hospitalar de Referência); Estratégias de Desinstitucionalização (Serviço Residencial Terapêutico, Programa de Volta para Casa) e Estratégias de Reabilitação Psicossocial (Cooperativas Sociais, Empreendimentos Solidários e Iniciativas de Trabalho e Renda).” (Araújo, 2023).

3.4 Aspectos envolvidos na saúde mental

A saúde mental é um componente essencial do bem-estar geral e envolve uma ampla gama de fatores que influenciam o funcionamento emocional e psicológico dos indivíduos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental não é apenas a ausência de transtornos mentais, mas um estado de bem-estar no qual a

pessoa percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses normais da vida, trabalhar produtivamente e contribuir para a sua comunidade (OMS, 2021). No Brasil, a saúde mental é uma questão de saúde pública, com a prevalência de transtornos mentais, como depressão e ansiedade, aumentando significativamente nos últimos anos. Estima-se que 9,3% da população brasileira sofra de ansiedade e 5,8% de depressão, taxas superiores à média mundial (WHO, 2017). Além disso, a pandemia de COVID-19 exacerbou esses problemas, levando a um aumento na procura por serviços de saúde mental. A Política Nacional de Saúde Mental do Brasil, instituída pela Lei nº 10.216 de 2001, visa garantir a atenção integral e humanizada às pessoas com transtornos mentais, mas desafios persistem em relação ao financiamento, acesso a serviços e combate ao estigma associado a essas condições (BRASIL, 2001).

3.5 Dificuldades enfrentadas no acesso à saúde mental

O acesso aos serviços de saúde mental no Brasil enfrenta diversos desafios, refletindo desigualdades regionais e sociais. A falta de profissionais especializados e a distribuição desigual de recursos são problemas persistentes. De acordo com o Relatório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), cerca de 75% das pessoas com transtornos mentais graves nos países de baixa e média renda, incluindo o Brasil, não recebem o tratamento adequado (OPAS, 2018). Além disso, a infraestrutura dos serviços de saúde mental é insuficiente, com muitos centros de atendimento sobrecarregados e mal equipados. A escassez de políticas públicas efetivas e o estigma social em torno das doenças mentais também contribuem para a subutilização dos serviços disponíveis. Essa situação é exacerbada em regiões rurais e periféricas, onde o acesso aos cuidados de saúde mental é ainda mais limitado, levando a um impacto desproporcional nas populações vulneráveis.

3.6 Equidade

À vista disso, o acesso à saúde mental é um direito fundamental para todos os indivíduos, independentemente de seu credo, raça e nacionalidade. No entanto, a comunidade surda enfrenta desafios significativos no que tange ao seu acesso, dentre os desafios, Guimarães, (2021), aborda a comunicação entre surdos e ouvintes, em razão do déficit educacional, com relação ao ensino da LIBRAS, que os profissionais de saúde experimentam durante sua formação acadêmica, e a falta de acolhimento quando a comunidade surda adentra um serviço de saúde, uma vez que a

comunicação efetiva é o principal meio de acolhimento na saúde, independente do grau de complexidade do serviço de saúde.

3.7 Individualização do cuidado

A individualização do cuidado em saúde mental é fundamental para a eficácia do tratamento, uma vez que cada paciente possui necessidades e contextos únicos. O conceito de cuidado centrado no paciente é amplamente defendido pela literatura científica e pelas diretrizes de saúde pública. Segundo a OMS, os serviços de saúde mental devem ser personalizados, respeitando as preferências e valores do indivíduo, e devem promover a participação ativa do paciente no processo de tratamento (OMS, 2021). Este modelo de cuidado busca não apenas tratar os sintomas, mas também considerar os aspectos sociais, culturais e econômicos que influenciam a saúde mental do paciente. Estudos mostram que abordagens individualizadas resultam em melhores resultados terapêuticos e maior satisfação do paciente, pois favorecem uma abordagem holística e integrada do cuidado (Brown; Barrett; Hollander, 2018).

Por fim, destaca-se a importância de abordar as questões de saúde mental de forma interseccional, reconhecendo que as pessoas surdas podem enfrentar desafios adicionais devido à interseção de sua identidade surda com outras dimensões, como gênero, orientação sexual, classe social e deficiências adicionais. A busca por compreender e responder às experiências únicas e complexas vivenciadas por cada indivíduo, evita generalizações e ainda mais estereótipos, isso implica combater o preconceito, a discriminação e o estigma, promovendo a inclusão social e a igualdade de oportunidades para todos os membros da comunidade surda.

4 METODOLOGIA

4.1 Desenho do estudo

O presente projeto é caracterizado como um estudo epidemiológico observacional, analítico do tipo transversal, de abordagem quantitativa.

4.2 Local e período de realização da pesquisa

A pesquisa será conduzida no município de Porto Nacional-TO, localizado na região central do estado do Tocantins, Brasil. Conforme o último censo de 2022 do IBGE, possui uma população de 64.418 habitantes e a densidade demográfica de 14,53 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). O estudo acontecerá no primeiro semestre do ano de 2025.

4.3 População e amostra

A população de estudo será composta por indivíduos surdos moradores do município de Porto nacional, estado do Tocantins. A amostragem será não probabilística utilizando-se o método Bola de Neve (snow ball), que se baseia no procedimento de reunir na amostra indivíduos que apresentem uma característica em comum, neste caso a surdez. Os primeiros participantes serão contatados a partir de conhecimento prévio e abordados diretamente, explicando-se a pesquisa. A partir dos contatos prévios, será solicitado a indicação de outras pessoas surdas, utilizando os mesmos critérios do estudo.

4.4 Critérios de inclusão

A inclusão dos participantes será fundamentada na autoidentificação como indivíduo surdos, na proficiência na língua de sinais, na delimitação da faixa etária compreendida entre 18 e 70 anos de idade e, por derradeiro, na obtenção do consentimento informado dos mesmos.

4.5 Critérios de exclusão

Serão excluídos aqueles que não preencherem completamente o instrumento de coleta, ou que não apresentarem condições cognitivas para tal.

4.6 Variáveis

O instrumento de coleta possibilitará levantar variáveis como: Sexo, idade, grau de escolaridade, bilingue, e como é o acesso aos serviços de saúde mental, assim como a comunicação nesses atendimentos.

4.7 Instrumentos de coleta de dados, estratégias de aplicação, análise e apresentação dos dados

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, iniciará o estudo com o contato com uma pessoa surda moradora de Porto Nacional, já previamente conhecida na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Esse contato poderá ser feito por Whatsapp ou presencial, momento o qual será apresentado o estudo e em caso de aceite encaminhado o TCLE e instrumento de coleta (Apêndice I) por meio de *Google forms*. Esse link apresentará primeiramente o TCLE para leitura e aceite e só após isso abrirá o questionário. Uma cópia do TCLE será encaminhada para o e-mail do participante.

A esse contato inicial será solicitado o compartilhamento do link com todas as informações do projeto de pesquisa à outras pessoas surdas, e aos seguintes o mesmo será solicitado, incorrendo no nome do método de seleção “bola de neve”, em caso de não fluência em Português haverá um intérprete.

Os resultados serão tabulados em planilha Excel, para a análise descritiva dos dados em frequências absolutas e relativas, no caso das variáveis categóricas e em média e desvio padrão para as variáveis numéricas. Os resultados serão apresentados em tabelas do tipo específicas e gráficos de coluna e setor.

5 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este estudo será conduzido como um estudo epidemiológico observacional, analítico do tipo transversal, tendo a população-alvo com indivíduos surdos, residentes na cidade em Porto Nacional. A amostra será composta por todos os surdos que aceitarem participar do estudo durante o período de dois meses de coleta de dados, a seleção acontecerá pela técnica de Bola de neve onde será aplicado um questionário (ANEXO I) que será respondido após o aceite do termo de TCLE online (ANEXO II). Os resultados serão tabulados em tabelas específicas e analisados por estatística descritiva. Sua apresentação se dará, além disso, em gráficos de coluna e setor. Posteriormente, o estudo será publicado em uma revista científica.

6 ASPECTOS ÉTICOS

6.1 Riscos

Potencial de constrangimento ou desconforto durante as, especialmente ao discutir questões sensíveis relacionadas à saúde mental, todavia, visando mitigar esse risco, será explicado detalhadamente toda a pesquisa ao participante.

Possibilidade de revelação de informações pessoais sensíveis durante as entrevistas, o que poderia causar desconforto ou preocupação para os participantes, porém, todas as medidas de segurança serão tomadas para manutenção da confidencialidade.

6.2 Benefícios

Contribuição para a identificação de desafios específicos enfrentados pela comunidade surda no acesso aos serviços de saúde mental, o que pode levar a melhorias nos serviços e políticas.

Potencial para aumentar a conscientização sobre as necessidades da comunidade surda e promover a inclusão e igualdade de acesso aos serviços de saúde mental.

6.3 Critérios para suspender ou encerrar a pesquisa

Primeiro, caso surjam preocupações, substanciais, acerca da segurança ou do bem-estar dos participantes ao longo da pesquisa, esta será interrompida imediatamente para uma avaliação minuciosa. Segundo, as solicitações de interrupção da participação por parte dos participantes, manifestadas devido a um desconforto extremo em qualquer momento durante o estudo, serão honradas e a pesquisa poderá ser terminada para esses indivíduos. Por fim, se os benefícios inicialmente antecipados com a pesquisa não se concretizarem ou se houver indícios de que os riscos envolvidos para os participantes excedam os benefícios potenciais, a pesquisa poderá ser concluída antecipadamente após uma revisão ética completa e uma análise criteriosa dos dados disponíveis.

7 DESFECHO

7.1 Desfecho primário

Espera-se identificar o perfil dos surdos e acesso aos serviços de saúde mental no SUS, município de Porto Nacional – Tocantins. Isso incluirá uma análise detalhada das barreiras encontradas pelos participantes, como a falta de profissionais que falam Libras, a inadequação dos recursos disponíveis em Libras, e possíveis estigmas associados à busca por cuidados de saúde mental.

7.2 Desfechos secundários

O desfecho secundário será a proposição de recomendações específicas para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde mental para a comunidade surda na cidade estudada. Essas recomendações serão baseadas nos dados coletados durante o estudo, bem como em revisões da literatura e melhores práticas em acessibilidade e inclusão. O objetivo é fornecer orientações práticas que possam ser implementadas pelas autoridades locais e pelos prestadores de serviços de saúde mental, visando promover a igualdade de acesso e o atendimento eficaz às necessidades dessa população.

8 CRONOGRAMA

Quadro 1 - Cronograma da pesquisa.

2024.1						2025.1 Após aprovação do CEP				
ETAPAS	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.
Escolha do tema	x									
Pesquisa bibliográfica	x	x	x							
Elaboração do Projeto	x	x	x	x						
Defesa do Projeto				x						
Submissão ao CEP					x					
Encontros com o(a) orientador(a)	x	x	x	x		x	x	x	x	
Seleção dos participantes						x	x	x		
Levantamento dos dados								x	x	
Análise dos Resultados									x	x
Escrita do Artigo Científico							x	x	x	x
Revisão do Artigo			x	x					x	
Defesa do Artigo										x
Submissão/Publicação do Artigo										x

Fonte: Elaborado pelos autores

9 ORÇAMENTO

Quadro 2 - Orçamento dos recursos gastos com a pesquisa.

CATEGORIA: GASTOS COM RECURSOS MATERIAIS			
Itens	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Resma de folha de A4 chamex Office de A4	1	30,00	30,00
Pasta portfólio	5	5,00	50,00
Impressões	200	0,50	100,00
Canetas (Caixa)	2	15,00	30,00
CATEGORIA: GASTOS COM RECURSOS HUMANOS			
Itens	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Combustível	42l	5,80	243,60
CATEGORIA: FINANCIAMENTO TOTAL DA PESQUISA			
Categorias			Valor Total R\$
Gastos com recursos materiais			210,00
Gastos com recursos humanos			243,60
Valor Total:			453,60

Fonte: Elaborado pelos autores

Todas as despesas previstas serão cobertas por financiamento próprio.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Vitor Resende. Acesso das pessoas surdas a atendimentos psicológicos no Sistema Único de Saúde (SUS) em libras. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. p. 23. [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Portaria nº 2.073, de 28 de setembro de 2004. Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva. 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 3 jun. 2024.

BROWN, C.; BARRETT, A.; HOLLANDER, L. *Person-Centered Care in Mental Health Services: A Conceptual Framework and Review of the Evidence*. International Journal of Mental Health Systems, v. 12, n. 44, 2018. Disponível em: <https://ijmhs.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13033-018-0223-7>. Acesso em: 3 jun. 2024.

DE OLIVEIRA, Bárbara Angélica Santos et al. Atendimento às pessoas LGBTQIA+ e a não aplicabilidade dos princípios do SUS: Universalidade, Integralidade e Equidade. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e432101523157-e432101523157, 2021.

DE SOUZA, Pedro Paulo Ubarana. Educação de surdos no Brasil: uma narrativa histórica. 2018.

FERREIRA JUNIOR, Jesaías Leite; BEZERRA, Henrique Jorge Simões; ALVES, Edneia de Oliveira. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura. **Psicologia Clínica**, v. 33, n. 3, p. 537-556, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pessoas com deficiência auditiva, Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8217>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

GARCIA, Paola Trindade; REIS, Regimarina Soares (Orgs.). Redes de atenção à saúde: Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. - São Luís: EDUFMA, 2018. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/10279?mode=full>. Acesso em: 23 nov. 2022.

GONZALES, Kátia Guerchi et al. Percurso Histórico da Educação de Surdos no Brasil. **Anais do ENAPHEM-Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática**, n. 5, p. 1-6, 2020.

GUIMARÃES, Letícia Cabral. Saúde Mental Da Pessoa Surda No Brasil. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 2, n. 3, p. 316-325, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Saúde Mental: Fortalecendo nossa resposta*. Genebra: OMS, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acesso em: 3 jun. 2024.

MOURA, Conceição de Maria Aguiar Barros; DOS ANJOS LEAL, Maria Eunice. Libras na saúde—ensino da língua brasileira de sinais para acadêmicos e profissionais da saúde. **Revista Práticas em Extensão**, v. 3, n. 1, p. 02-07, 2019.

RITERBUSCHE, C. DA S.; MAFFINI, G.; GONÇALVES, C. DOS S. Equidade e saúde mental: desafios do trabalho do psicólogo com as pessoas surdas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e48410414208, 18 abr. 2021.

SUTTON-SPENCE, Rachel. Literatura de Língua de Sinais, Educação Surda e suas interfaces com as políticas linguísticas. **Educação**, 2020.

WHO. World Health Organization. In: Mental health: a state of well-being, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates*. Geneva: WHO, 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/254610>. Acesso em: 3 jun. 2024.

ANEXOS I**INSTRUMENTO DE COLETA**

- 1- Idade: _____
- 2- Sexo: _____
- 3- Escolaridade (em anos de estudo): _____
- 4- Cor/etnia: () preto () pardo () branco () amarelo () indígena
- 5- Você é uma pessoa surda ou ouvinte?
() SURDO
() OUVINTE
() OUTRO: _____
- 6- Se você é usuário de Libras, qual o nível?
() FLUENTE
() MUITO BOM
() BÁSICO
- 7- Se você é usuário de português, qual a modalidade?
() Escrita
() Oral
() Escrita e oral
- 8- A unidade básica de saúde (postinho de saúde) faz parte do sistema único de saúde que oferece tratamento diversos e gratuitos. Perto da sua casa tem algumas UBS? Você já foi lá?
() Sim, e fui na UBS
() Sim, mas nunca fui na UBS
() Não tem UBS perto da minha casa
() Não sei

- 9-** Você já utilizou o serviço de atendimento: médico ou para pegar remédios na UBS?
- ☐ Sim, só peguei remédios
 - ☐ Sim, só consultei com o médico
 - ☐ Sim, consultei com o médico e peguei remédio
 - ☐ Não marquei nada com o médico nem peguei remédios
 - ☐ Outro: _____
- 10-** Se já foi, como você foi e marcou a consulta com médico no SUS/UBS?
- ☐ Sozinho
 - ☐ Com minha família
 - ☐ Com meu amigo
 - ☐ Com intérprete de Libras pessoalmente
 - ☐ Sozinho (a) e acompanhou com interprete de Libras virtual, por exemplo, utilizou um app
 - ☐ outra situação: _____
- 11-** Nos momentos de angústia, você procura desabafar com quem?
- ☐ Amigos
 - ☐ Família
 - ☐ Psicólogo Particular
 - ☐ Outro: _____
- 12-** Com que frequência você vai ao psicólogo?
- ☐ Nunca
 - ☐ Raramente
 - ☐ Regular
 - ☐ Frequentemente
 - ☐ Ia, mas parei
- 13-** Já tentou marcar consulta com profissional da área de saúde mental?
- ☐ Sozinho
 - ☐ Com meu amigo
 - ☐ Com minha família
 - ☐ Com interprete de Libras pessoalmente
 - ☐ Sozinho e acompanhou com interprete de Libras virtual

14- Como foi a comunicação através de atendimento de saúde mental?

- ☐ Leitura labial
- ☐ Escrita em português
- ☐ Presença de interprete de Libras
- ☐ Profissional fluente em Libras
- ☐ Nunca fui
- ☐ outra situação: _____

15- Quando procura atendimento de saúde mental, você procura atendimento no

- ☐ SUS
- ☐ Particular
- ☐ outro _____

16- Já tentou marcar consulta com profissional da área de psicologia através do SUS?

- ☐ Sozinho
- ☐ Com minha família
- ☐ Com meu amigo
- ☐ Com intérprete de Libras pessoalmente
- ☐ Sozinho e acompanhou com interprete de Libras virtual

17- Você conhece o CAPS (centro de atenção psicossocial)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

18- Já passou por atendimento no CAPS?

- ☐ Já fui ao CAPS
- ☐ Nunca fui ao CAPS
- ☐ Parei de frequentar o CAPS

19- Como era a comunicação através de atendimento de psicologia no SUS/UBS ou CAPS?

- ☐ Leitura labial
- ☐ Escrita em português
- ☐ Presença de interprete de Libras
- ☐ Profissional fluente em Libras
- ☐ Nunca fui

20- Como você avalia os atendimentos que teve em saúde mental?

() Satisfeito

() Pouco satisfeito

() Insatisfeito

21- Sugestões para melhorar o atendimento em saúde mental?

Obs: Esse questionário foi retirado e adaptado de ARAUJO, José Vitor Resende. Acesso das pessoas surdas a atendimentos psicológicos no Sistema Único de Saúde (SUS) em libras. 2023.

ANEXO II**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)**

O (A) Senhor (a) _____, está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) do projeto de pesquisa “Acesso à saúde mental para a comunidade surda: desafios na oferta de serviços em libras em uma cidade do tocantins”. Para isso receberá dos acadêmicos José Guilherme Santos Vilela, Eduardo Queiroz Monteiro, Ricardo Aguiar Glória Filho e da orientadora Profa. Dra. Eliane Patrícia Lino Pereira Franchi, responsáveis por sua execução, as seguintes informações, a fim de entender, sem dificuldade e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

Este projeto de pesquisa tem como objetivo de identificar o perfil dos surdos e acesso aos serviços de saúde mental no SUS, município de Porto Nacional – Tocantins.

Esse estudo se baseia na importância da abordagem do acesso à saúde mental para a comunidade surda reside na evidência de disparidades e desafios enfrentados pela comunidade surda no acesso aos serviços de saúde mental.

Ao final deste estudo espera-se identificar o perfil dos surdos e acesso aos serviços de saúde mental no SUS.

Esse estudo começará em fevereiro de 2025 e terminará em junho de 2025. Esclarecemos que essa pesquisa não oferecerá riscos à sua pessoa, todavia se o (a) senhor (a) se sentir constrangido, não será obrigado (a) a continuar na pesquisa. Objetivando minimizar e reduzir esses impactos, o questionário será realizado de forma individual em um espaço reservado e lhe será assegurado o sigilo das informações, utilizando-as apenas para fins acadêmicos científicos.

Por outro lado, a pesquisa trará benefícios como Contribuição para a identificação de desafios específicos enfrentados pela comunidade surda no acesso aos serviços de saúde mental, o que pode levar a melhorias nos serviços e políticas. E potencial para aumentar a conscientização sobre as necessidades da comunidade surda e promover a inclusão e igualdade de acesso aos serviços de saúde mental.

Para participar desse estudo o (a) Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e

comprovados danos provenientes desta pesquisa, o (a) Sr. (a) tem assegurado o direito à indenização.

O (A) Sr. (a) terá esclarecimentos sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a).

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Faculdade FAPAC/ITPAC Porto e a outra será fornecida ao (à) Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada a pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão, atendendo a legislação brasileira (Resolução CNS N. 466/2012), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em casos de dúvidas ou reclamações a respeito da pesquisa, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato a qualquer momento com os pesquisadores através dos contatos (63) 9 9915-7102 (Professor Orientador) ou (66) 9 9213-4256 José Guilherme Santos Vilela (Acadêmico Pesquisador). Também poderá entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética e Pesquisa localizado no Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto Ltda – ITPAC PORTO, na Rua 02, Quadra 07, s/n., Bairro Jardim dos Ipês, Porto Nacional – TO, CEP: 77500-00 pelo telefone: (63) 3363 – 9674, ou ainda pessoalmente de segunda a sexta-feira no período das 12 às 18 horas, e-mail: cep@itpacporto.com.br.

Eu, _____, portador do RG N. _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Acesso à saúde mental para a comunidade surda: desafios na oferta de serviços em libras em uma cidade do tocantins”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste Termo de consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Porto Nacional, _____ de _____ de ____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Acadêmico Pesquisador

Assinatura da Orientadora